

Estrutura atual da assistência é ultrapassada

por S. Stefani
de São Paulo

Ainda que seus reflexos mais agudos somente tenham começado a aparecer no final do primeiro semestre deste ano, a crise estrutural do sistema médico-hospitalar brasileiro é um problema bem mais antigo do que as recentes greves dos médicos residentes ou problemas no Hospital das Clínicas e no Hospital do Servidor, ambos de São Paulo, poderiam levar a supor.

No final do ano passado, mais exatamente na primeira quinzena de dezembro, por exemplo, ao paranimfar a turma de formandos da Faculdade de Medicina da Fundação do ABC, o professor Aldo Fazzi, ex-presidente da Associação Paulista de Medicina, já tomou o cuidado de alertar seus ex-alunos para a necessidade de fugir da estrutura em que estava baseado o sistema médico de trabalho.

"Unam-se em cooperativas", disse ele, reiterando, em seu discurso, um conselho que se tinha preocupado em transmitir insistentemente a seus alunos durante os seis anos do curso. Alunos, aliás, muitos deles, já envolvidos pelo sistema desde o terceiro ou quarto ano da faculdade quando, mesmo ainda sem o devido credenciamento, já se aventuravam a trabalhar como médicos em hospitais particulares ou empresas de prestação de serviços de saúde, em troca de um salário muito abaixo do que seria exigido por um médico já formado para executar o mesmo serviço.

"A estrutura atual da medicina no Brasil é um problema muito sério", disse a este jornal, em seu consultório, o professor Aldo Fazzi, quando procurado para esclarecer melhor a ideia do cooperativismo médico. "Temos, de um lado, as empresas de prestação de serviços de saúde, com todos os problemas já conhecidos. E, de outro, o INPS, com uma estrutura de funcionamento tão problemática quanto a das empresas de prestação de serviços de saúde."

Para ele, num quadro desta natureza, as cooperativas médicas surgem como uma das poucas alternativas reais de trabalho a curto prazo para os médicos, sobretudo para aqueles que estão saindo agora das universidades. "É uma forma excelente de fugir ao sistema atualmente imposto", disse, "de trabalhar sem a necessidade de fazer qualquer tipo de concessão."

"A ESTRUTURA TEM DE SER MUDADA"

Aldo Fazzi fez questão de ressaltar, porém, que as cooperativas médicas não devem ser encaradas como nada além de uma solução a curto prazo. Sobretudo em função do fato de que ela representa, apenas, uma saída para o problema dos médicos, e não uma solução para o problema maior, que é o da saúde pública no País.

"A estrutura é que tem de ser mudada", afirmou. "É ela que está impedindo a máquina de funcionar. A coisa está montada de tal forma que só poderia levar ao atual estado de coisas. Por mais boa vontade que tenha um médico e por mais bem

intencionado que seja, ele é quase que impedido de desenvolver um trabalho à altura do que gostaria."

Para ele, há vários pontos particularmente negativos no atual sistema oficial de saúde montado no País. Por exemplo: o salário recebido pelos médicos, o sistema de pagamentos adicionais por conta de determinados trabalhos executados, o número de pacientes que cada médico é obrigado a atender num determinado período de tempo.

"Tudo isso leva a uma distorção enorme do sistema", disse. "No caso específico do pagamento adicional a partir de um determinado número de certas cirurgias, por exemplo, mesmo que um médico seja radicalmente contra fazer operações que poderiam ser dispensáveis, ele acaba sendo levado a fazê-las para contornar o baixo salário que recebe. É uma questão de sobrevivência."

UMA SUGESTÃO: UM SEGURO NACIONAL DE SAÚDE

Para o professor Aldo Fazzi, a melhor maneira de resolver definitivamente a questão seria a adoção, no Brasil, de um seguro nacional de saúde. Uma espécie de Golden Cross oficial, com o Estado funcionando como coordenador do sistema.

Num sistema desta natureza — combatido por alguns médicos, sob a alegação de que representaria a estatização da medicina no País —, cada segurado do INPS poderia escolher o médico e o hospital que preferisse. O Estado pagaria as despesas, a partir de uma tabela preestabelecida, que variaria de acordo com o tempo de exercício da profissão e número de especializações do médico, bem como com a classe do hospital.

As vantagens trazidas pelo seguro nacional de saúde, na opinião de Aldo Fazzi, seriam inúmeras. "A começar pelo fato de que os pacientes poderiam consultar-se sempre com o mesmo médico, permitindo a volta do relacionamento ideal entre o médico e o paciente, tão necessário ao bom andamento da atividade médica", disse ele.